

Ordem no caos

Economia - Brasil

CARLOS M. MONTERO

Recentemente, ao definir o Brasil nas suas atuais circunstâncias, o ex-ministro João Sayad usou a expressão "barata tonta". É realmente este o Brasil que precisamos verificar a quantidade, a magnitude e a severidade dos problemas que afligem o País.



Não há praticamente setor nenhum da Nação que não se veja duramente atingido por verdadeiras crises de origem estrutural, institucional ou puramente operacional. O fenômeno se repete, com dolorosa constância, nas mais diversas áreas da economia, comércio, indústria, transportes, comunicações, comércio exterior.

Ele se apresenta também, com mais evidência, nas diversas atividades e incumbências do Poder Executivo: desordem administrativa, carência de controles operacionais elementares, déficits orçamentários, planos de investimentos grandiosos e ilusórios, para mencionar só uns poucos. Nem o Poder Legislativo nem o Judiciário estão isentos de críticas quanto ao seu funcionamento e ao cumprimento dos deveres que lhes são atribuídos pela Constituição.

E, para completar o panorama, os governos estaduais e municipais participam, parece até que com alegria, da balbúrdia econômico-administrativa. Ante tal estado de coisas, é realmente difícil propor soluções. O que atacar primeiro? Os problemas econômicos? Os sociais? Os políticos? Os institucionais? Ou os de comportamento ético?

Como tudo não pode ser feito ao mesmo tempo, é preciso fixar prioridades, o que nas atuais circunstâncias brasileiras significa optar pelas soluções que apresentarem a melhor relação de resultados/tempo, ou seja, a obtenção do máximo de resultados no menor tempo possível, com o

menor ônus social possível.

■ Passar imediatamente a administração da Previdência Social aos seus legítimos donos, os trabalhadores e os empregadores, e proceder à sua descentralização. Com isso se conseguirá o estancamento da hemorragia patrimonial da Previdência, o aprimoramento dos seus serviços, a eliminação da "política" na sua administração e, last but not least, a recuperação de credibilidade dos poderes constituídos.

■ Liberar totalmente o mercado de câmbio, assim como as exportações e importações, eliminando ao mesmo tempo o imposto sobre exportações e os subsídios a certas importações. Conjuntamente, abrir e fazer funcionar livremente as Bolsas de Câmbio e de Mercadorias, especialmente as dos produtos agrícolas exportáveis, objetivando, além dum notável incremento favorável nas contas do comércio exterior, recuperar a credibilidade no Exterior e evitar a fuga de capitais.

■ Liberar totalmente, a exemplo da URSS, o trânsito de capitais e garanti-los, no mesmo pé de igualdade com os capitais internos, contra medidas discriminatórias ou espoliatórias, para reforçar a credibilidade externa e propiciar afluxo da poupança exterior, bem como facilitar o tratamento futuro da dívida externa.

■ Exigir a todo custo um comportamento operacional das estatais semelhante ao da iniciativa privada, baseado em produtividade, eficiência e seriedade de propósitos. Insistir na eliminação de déficits por meio de medidas administrativas corretas e não simplesmente de tarifas.

■ Condicionar as ajudas do Tesouro Nacional aos governos estaduais e municipais ao cumprimento estrito de orçamentos equilibrados, como manda, aliás, a Constituição.

A palavra está com os poderes constituídos.

□ Carlos M. Montero é conselheiro da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides).